



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

PROTOCOLO SIC [REDACTED]

SECRETARIA: Secretaria da Saúde

ASSUNTO: Pedido de informação formulado por [REDACTED]

DECISÃO OGE/LAI n.º 218/2016

1. Trata o presente expediente de pedido formulado à Secretaria da Saúde, número SIC em epígrafe, sobre valores pagos por descumprimento de ordens judiciais.
2. Em resposta o órgão demandado indicou não possuir os dados solicitados, e, em grau recursal manteve a decisão anterior. Insatisfeito, o interessado interpôs recurso cabível a esta Ouvidoria Geral, conforme o artigo 32 do Decreto nº 61.175/2015.
3. Em síntese, argumentou o órgão que por meio dos levantamentos financeiros realizados, não foram identificadas pagamentos de multas judiciais, cumprindo o disposto no artigo 11, §1º, inciso II, da Lei nº 12.527/2011, sendo responsabilidade do ente demandado avaliar a disponibilidade da informação pleiteada.
4. Ademais, há que se reconhecer a presunção de veracidade que reveste os atos da Administração Pública, inclusive a informação prestada no âmbito do presente expediente, conforme entendimento assente desta Ouvidoria Geral e também da Controladoria Geral da União: “a alegação de inexistência de documento/informação por órgão público é revestida de presunção relativa de veracidade, decorrente do princípio da boa fé e da fé pública. Tal posicionamento tem respaldo na doutrina. Nesse sentido, Hely Lopes Meirelles (2013) aduz que os atos administrativos, qualquer que seja sua categoria ou espécie, nascem com a presunção de legitimidade, independentemente de norma legal que a estabeleça. Essa presunção decorre do princípio da legalidade da Administração, que nos Estados de Direito, informa toda a atuação governamental.” (Referência: 08850.000326/2015-22. Órgão recorrido: Departamento de Polícia Federal. Interessado: A.S.F.).
5. Ante o exposto, considerando a indisponibilidade da informação requerida, conforme manifestação da Secretaria, **conheço do recurso** e, no mérito, **nego-lhe provimento**, com fundamento no artigo 11, §1º, II e III, da Lei, ausentes as hipóteses recursais previstas no artigo 20do Decreto nº 58.052/2012.

5



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

6. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, dando ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, arquivem-se os autos.

OGE, 2 de agosto de 2016.


GUSTAVO UNGARO
OUVIDOR GERAL DO ESTADO